

IV Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición

• Título de la ponencia: **Coleccionismo editorial nas Brasilianas. A Construção de Clássicos do Ouro**

- Simposio en el que se inscribe : *simpósio 3 - Trayectorias de editores y editoriales*
- Simposio alternativo: *1. Teoría, Historia y metodología en los estudios sobre el libro y la edición.*
- Autor: Eliana de Freitas Dutra¹
- Pertenencia institucional: Universidade Federal de Minas Gerais
- Correo electrónico: erdutra@terra.com.br

Resumen

Neste texto pretendemos seguir o itinerário editorial da História de Minas Gerais, em três coleções, a saber: a **Brasiliana** (1931-1993) da Companhia Editora Nacional, a **Documentos Brasileiros** (1936-1989), da Editora José Olímpio, e a **Reconquista do Brasil** (publicada a partir de 1973), da editora Itatiaia. E nossa intenção mostrar como a brasilianas também contribuíram para a fundação de “monumentos letrados”, ao “potencializar o caráter documental” dos escritos sobre o país e, especificamente, sobre Minas Gerais, tornados, em muitos casos, clássicos da historiografia.

Este texto tentará explorar o significado e as circunstâncias intelectuais das escolhas editoriais; o lugar dos livros sobre Minas no interior das respectivas Brasilianas e as implicações daí decorrentes; os possíveis diálogos entre as coleções; a longevidade social dos livros e sua repercussão sobre os leitores; e refletir em que medida os livros sobre os quais recaiu a escolha editorial dessas coleções podem ser tomados como metáforas da história, da memória e da vida intelectual em Minas Gerais.

A afirmação identitária de uma certa tradição historiográfica da história do Brasil teceu nexos com a história de Minas Gerais como portadora de um capital político cultural que excederia suas fronteiras regionais, e, por isso mesmo, seria um lugar de confluência da nação e da civilização no Brasil. Nesta linha de um Brasil mineiro é que

¹ Eliana de Freitas Dutra é Doutora em História Social pela USP e Professora Titular da UFMG, onde atua no Programa de Pós-graduação em História. Autora dos livros *Rebeldes Literários na República* e *O Ardil Totalitário. Imaginário Político no Brasil dos Anos 30*, e coorganizadora de *Política, Nação e Edição. O papel dos Impressos na vida Política entre outros livros, capítulos de livros e artigos no Brasil e no exterior.*

surge o fenômeno das Minas em coleções. No espaço de livros, autores e interpretações acerca de Minas, inseridos no interior da utopia das brasileiras, é possível se vislumbrar o desenho de um desejo inatingível, aquele da explicação e reconstrução totalizadora da história mineira, o qual responderá - no interior do conjunto das obras voltadas a Minas Gerais - pelas suas agendas temáticas e interpretativas nas noções de civilização, idade de ouro, decadência, formação, e também das polêmicas noções de mineiridade, consciência mineira...entre outras.

Palavras Chaves: Editores, Coleções, Historiografia

Colecionismo editorial nas Brasileanas². A Construção de Clássicos do Ouro

Introdução

Pensar Minas Gerais por intermédio de obras que falam de sua história, e enquanto tal selecionadas para integrar as coleções brasileiras que marcaram a paisagem intelectual e editorial brasileira entre as décadas de 1930 e 1990, implica buscar os sentidos subjacentes e os enunciados explícitos que respondem pela escolha das obras, o que pode ser um exercício da chamada “sensibilidade ocidental habituada a reconhecer os sinais de um passado ainda visível em nós” (STEINER, 2017, p. 49). Afinal, as persistências do passado de Minas na História do Brasil, reelaboradas nas dobras da cultura e do tempo é algo inescapável das experiências do presente.

Neste texto não pretendemos fazer um balanço historiográfico, e sim tentar seguir o itinerário editorial da História de Minas em três coleções, a saber: a Brasileira (1931-1993) da Companhia Editora Nacional, a Documentos Brasileiros (1936-1989), da Editora José Olímpio, e a Reconquista do Brasil (publicada a partir de 1973), da editora Itatiaia. Neste espaço de livros, autores e interpretações acerca de Minas, inseridos no interior da utopia das brasileiras, é possível se vislumbrar o desenho de um desejo inatingível, aquele da explicação e reconstrução totalizadora da história mineira

² Este texto está baseado em pesquisas apoiadas pelo CNPq e realizadas no âmbito do Projeto Brasileira, e foi escrito em parceria com Giselle Martins Venancio sendo que uma primeira versão foi publicada In: Meneses, José Newton Coelho(org.) *Orbe e Encruzilhada. Minas Gerias 300 Anos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

nas suas inesgotáveis fontes sociais, culturais, políticas e econômicas. Essa utopia totalizadora, norte das coleções brasileiras, é que responderá, no interior do conjunto das obras voltadas a Minas Gerais pelos seus atributos de vastidão e diversidade, pelo conjunto de saberes articulados e pelo uso de um léxico que, enquanto ferramenta de reflexão, possibilitou agendas temáticas e interpretativas para a história mineira centradas nas noções de civilização, idade de ouro, decadência, formação, mineiridade, consciência mineira...entre outras.

Este texto tentará explorar o significado e as circunstâncias intelectuais das escolhas editoriais; o lugar dos livros sobre Minas no interior das respectivas Brasileiras e as implicações daí decorrentes; os possíveis diálogos entre as coleções; a longevidade social dos livros e sua repercussão sobre os leitores; e refletir em que medida os livros sobre os quais recaiu a escolha editorial dessas coleções podem ser tomados como metáforas da história, da memória e da vida intelectual em Minas Gerais. Esta exploração será feita de forma parcial e seletiva dada a vastidão dos títulos que integram as respectivas coleções, bem como os limites deste texto.

É nosso pressuposto que os livros não são objetos estáveis e que sua entrada nas coleções tem seu próprio contexto, entendido como um arquivo, em que, o editor, como o historiador, escolhe o material relevante, os elementos necessários para a compreensão da intervenção que pretendem realizar e situar os argumentos (BARING, 2016). Também os livros participam da configuração de contextos intelectuais e históricos, dada a diferença entre os contextos de origem e de recepção dos mesmos, o que significa que atravessam divisões temporais entre autores, editores e leitores.

Os editores e/ou diretores das coleções são os responsáveis por escolhas, definições e classificações no interior dessas. Atuam como intermediários entre o que se escreveu como fundamental sobre Minas e o que o público leitor supostamente deveria conhecer e apreciar. Ao exercer essa função mediadora entre saberes e sua difusão, ocupam um lugar incontornável, promovendo para o público obras consideradas documentos da história, ensaios, biografias e escritos historiográficos emergentes. Ao decidirem o que deve ser publicado, buscam formar o leitor, indicando e propiciando

leituras e definindo o que teria qualidade para permanecer e eternizar-se em letra de forma (WOLFF, 2018).

Os dirigentes das brasileiras foram responsáveis por uma espécie de cartografia da memória e da história, ao totalizar e englobar registros de experiências do tempo e do espaço, de forma coerente e visível (JACOB, 2001; GRAFTON, 2010), por intermédio da qual, se definia a importância de temas, domínios de conhecimento, vultos, períodos e aspectos da história do Brasil tratados na coleção. Entre os temas abordados, a história de Minas singularizou-se, vista como uma excepcionalidade no interior da história do Brasil, pois, como nos lembra Ricardo Piglia, “não existe leitura sem uma situação extra-verbal. Essas situações são *a priori*, conduzem e organizam aquilo que se lê. (...) Há uma disposição prévia que define o tipo de uso do livro” (PIGLIA, 2019, p. 165). De sorte que, não por acaso, surgiu o interesse por Minas, em coleções.

Colecionismo editorial

Como se sabe, os anos 30 marcaram o início da publicação das chamadas coleções *Brasilianas*. Produto editorial, essas coleções buscaram condensar o país de modo a que se pudesse começar a conhecê-lo já por um simples golpe de vista. Marcados por um empreendimento matricial – a *Brasiliana* publicada pela Companhia Editora Nacional – esses projetos editoriais tiveram, por princípio, a proposta de classificar entre os materiais que haviam sido produzidos sobre o país, àqueles que mereciam ser guardados, constituindo-se, assim, um rico e diversificado “acervo” à disposição dos leitores (SERRANO, 2014, p. 283).

Essas coleções, que já foram consideradas o *álbum de família da nacionalidade brasileira* e metáfora da nação, estabeleceram, através das estratégias de classificação, a constituição do acervo a ser preservado e constituindo-se em um posto avançado de defesa contra as ações do esquecimento.

Portanto, a publicação de textos sobre o Brasil foi um importante modo de colecionismo desenvolvido pelas *Brasilianas*, visto que permitiu que se configurassem registros textuais aptos a se manterem partícipes do processo de apreciação dos valores históricos da Nação e disponíveis à recepção dos leitores. O colecionismo editorial, foi

um prestigiado viés, por meio do qual, se evidenciou a história das percepções que se tinham do país e as classificações do que seria fundamental arquivar.

Nas três coleções aqui selecionadas – a *Brasiliiana*, a *Documentos Brasileiros* e a *Reconquista do Brasil*, Minas Gerais é composta como um mosaico, visivelmente evidenciado por seus diversos e distintos aspectos que, todavia, a constituem como singularidade em relação ao restante do país. Como nos lembra Guimarães Rosa, ao se referir a sua terra de origem,

(...) em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas. (ROSA, 1957)

Dessas muitas Minas, quais se fizeram presentes nas coleções Brasilianas? Quais são as representações de Minas eternizadas nas páginas impressas? Como os editores das Brasilianas conceberam os conjuntos de suas coleções tomando as obras como fragmentos que, compostos, figurariam uma representação potente de Minas, com base em dados da realidade do seu território, da sua gente, dos processos históricos, dos conflitos políticos, e da sua cultura inseridos no país? Para ensaiar respostas é preciso resgatar, ainda que sumariamente, alguns elementos do projeto editorial e intelectual das coleções.

Ao auferir amplo reconhecimento e ocupar o lugar de maior empresa editorial do país, nos primeiros anos da década de 30, a Companhia Editora Nacional propôs a fundação de um modelo inédito de coleção, a *Brasiliiana* (DUTRA, 2006; VENANCIO, 2018), que se tornaria matriz de muitas outras que a sucederiam, caso da *Documentos Brasileiros* e da *Reconquista do Brasil*, e também da *Biblioteca Histórica Brasileira* (Editora Martins) e da *Coleção Corpo e Alma do Brasil* (Difel). A *Brasiliiana*, fundada em 1931, foi concebida no interior de um grande projeto editorial criado pelo educador Fernando de Azevedo, que compartilhava com vários intelectuais e homens públicos do seu tempo a crença na ação intelectual, pelo livro. Como primeiro diretor da *Coleção Brasiliiana*, Azevedo emprestou seu prestígio, visão e experiência pedagógica, e sua

imensa rede de relações intelectuais, científicas e políticas a serviço do sucesso de uma coleção que fortaleceria ainda mais a editora. Sob sua direção, a *Brasiliiana* se constituiu em uma espécie de território onde se pretendeu que os livros transitassem como mediadores de cultura, saberes e identidade, de maneira a difundir um parâmetro cognitivo para a compreensão do país, com o concurso de grandes nomes da intelectualidade, da ciência e do mundo público de então. A *Brasiliiana* publicava um pouco de tudo: “reedições de obras raras, clássicos esgotados, traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros, novos trabalhos sobre o Brasil na forma de ensaios sobre sua formação histórica e social, estudos de vultos da história brasileira e de problemas nacionais “ (DUTRA,2006, p.304-305).

A Coleção foi um instrumento importante da institucionalização de vários campos de conhecimento científico no Brasil, e o período entre 1931-1946, em que esteve sob a direção de Fernando de Azevedo, é considerado o de maior importância da Coleção, embora esta tenha se estendido até os anos 1990, sob a gestão de um outro destacado intelectual, Américo Jacobina Lacombe, que a dirigiu entre 1956-1993. Nesses dois momentos obras sobre Minas Gerais se fizeram presentes na coleção.

No extenso período sob a direção de Jacobina Lacombe, novos títulos sobre Minas foram editados (VENANCIO, 2018). Quando Lacombe chegou à direção da coleção, vivia-se um período de renovação da produção na área de ciências humanas e a *Brasiliiana* investiu na publicação de estudos inéditos, em especial, nos estudos históricos

A partir de 1965, a coleção entrou novamente numa fase de expansão, na qual a publicação dos livros foi, algumas vezes, promovida por coedições com o Instituto Nacional do Livro (INL) ou com editoras universitárias, como a EDUSP. Nesta fase, Lacombe assumiu um maior protagonismo, atuando não apenas como diretor, mas também como tradutor e prefaciador de várias obras. Na sua gestão a coleção se preocupou em publicar, além dos estudos consagrados e dos documentos fundamentais à escrita da história do país, trabalhos desenvolvidos no interior das universidades que vinham se consolidando como centro de estudos nacionais. Nas suas duas fases a *Brasiliiana* publicou 378 títulos, e a grande maioria em duas ou mais edições.

No que se refere à coleção *Documentos Brasileiros*, esta foi lançada em 1936, pela Editora José Olympio, tendo como volume de abertura o livro *Raízes do Brasil*, de autoria de Sérgio Buarque de Holanda. A coleção, em sua primeira fase dirigida por Gilberto Freyre, propagandeava na sua inauguração, a ideia de que ela tinha sido pensada com o objetivo de contribuir para que os leitores não precisassem mais andar “à caça dos livros raros necessários” (FURTADO, 2018, p.51), pois este empreendimento editorial os reuniria, na mesma linha de objetivos que moveu a iniciativa de Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1971) ao criar a *Brasiliana*. A esta opinião se associava o desejo de publicar também títulos inéditos, o que foi destacado no prefácio escrito por Freyre ao livro inaugural de Sérgio Buarque. Assim, a coleção se constituiu composta por memórias, biografias e relatos de viagens, aos quais se juntavam a edição de manuscritos originais. O projeto, que buscou, portanto, associar autores novos e consagrados, publicou 207 títulos e foi desenvolvido em três fases, com direção de Gilberto Freyre (1936-1938), Otávio Tarquínio de Sousa (1939-1959) e Afonso Arinos de Melo Franco (1960-1989) (FRANZINI, 2010; OLIVEIRA, 2017).

Quanto à *Reconquista do Brasil*, a mais mineira das *Brasilianas*, diferentemente das anteriores, esta começou a ser publicada - pela Editora Itatiaia, sediada em Belo Horizonte, em parceria com a Edusp - somente nos anos 70, momento marcado pelo avanço dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras e pela consolidação desses espaços como produtores de conhecimento.

A Livraria Itatiaia Editora havia sido fundada em 1954, pelos irmãos Pedro Paulo e Edson Moreira. Depois de trabalhar alguns anos na Livraria Cultura Brasileira e, posteriormente, na Editora José Olympio (SANTOS et ali, 2011), Pedro Paulo decidiu criar sua própria empresa em Belo Horizonte. Ao longo dos anos, adquiriu o espólio das editoras Martins e Garnier. Os documentos desta última editora, instalada no Brasil em 1844, haviam sido transmitidos por herança ao livreiro-editor Hipollyte Garnier, que manteve a editora e a livraria, no Rio de Janeiro, até 1911 e, após esta data, ao sobrinho-neto dos Garnier, Auguste Pierre, que deu continuidade aos negócios até 1934. Posteriormente, a livraria foi vendida a Ferdinand Briguiet, que a vendeu à editora Martins de São Paulo e, também, à editora Jackson. Finalmente, Pedro Paulo Moreira,

proprietário da Editora Itatiaia, foi quem assumiu o espólio da Garnier, que lhe chegou as mãos pela aquisição dos fundos da Editora Martins (GRANJA, s.d.).

Ao receber o espólio da Martins, Pedro Paulo teve acesso às antigas publicações da *Biblioteca Histórica Brasileira (1941-1952)*, por meio da qual o editor José de Barros Martins publicara textos raros e documentais sobre o Brasil. Esta última coleção, dirigida por Rubem Borba de Moraes, fora constituída, em sua totalidade, por relatos de viajantes estrangeiros, traduzidos, anotados e prefaciados pelos mais importantes intelectuais brasileiros da época, tais como Sergio Milliet, Rubem Borba de Moraes, Sérgio Buarque de Holanda, Afonso Taunay, José Honório Rodrigues, Afonso Arinos de Melo Franco, Herbert Baldus, Rodolfo Garcia e Augusto Meyer. O objetivo tinha sido não apenas traduzir os textos ainda inéditos sobre o Brasil, mas disponibiliza-los de modo a que eles se tornassem sobretudo fontes, por meio das quais os intelectuais brasileiros pudessem interpretar a história do Brasil.

Foi, possivelmente, o fato de ter essa coleção nas mãos, disponível para a publicação de reedições, que fez com que Pedro Paulo Moreira cultivasse a intenção de colocar esses textos novamente em circulação, reconquistar esses tesouros textuais, num desejo de inspiração um tanto romântica de resgatar o “ouro nas entranhas da terra” (RICOTTA, 2011). Essa aspiração o levou, provavelmente, a pensar na organização da Reconquista do Brasil.

Para essa tarefa, contou com o apoio da Editora da Universidade de São Paulo. A EDUSP, criada em 1962, optou, a partir de 1964, pela adoção do sistema de coedições com editoras da rede privada, projeto que se consolidou depois de 1968. Desse modo, a EDUSP atuava mais como financiadora editorial que propriamente com a função de editora autônoma (MARTINS FILHO e ROLLEMBERG, 2001, p.23). No entanto, este projeto permitiu que a editora contribuísse para a difusão de textos considerados fundamentais para o avanço científico do país. Entre 1964 e 1988, ela adotou exclusivamente o regime de coedições. O principal critério de seleção dos textos, a serem coeditados, era o fato deles estarem esgotados. Assim, a Itatiaia detentora do importante espólio da Martins, tornou-se um par interessante, o que a levou a constituir-se na principal parceira da EDUSP, resultando na publicação do maior número de livros em conjunto, evidenciado na Reconquista do Brasil. Apesar deste

período das coedições não ter significado, propriamente, o momento de um projeto editorial autônomo da Editora, a Reconquista do Brasil, “segundo a opinião de muitos, [foi] o que de melhor se fez na EDUSP nessa época” (MARTINS FILHO E ROLEMBERG, 2001, p.35).

A partir de 1989, a EDUSP mudaria sua política editorial com a nomeação do professor João Alexandre Barbosa, como editor. A partir daí, a editora passou a investir num projeto editorial autônomo, rompendo os projetos de coedições, estabelecidos anteriormente. No entanto, a Editora Itatiaia manteve a publicação da Reconquista do Brasil que permaneceu ativa até os primeiros anos do século XXI.

A Reconquista do Brasil, dividida em três séries (SERRANO, 2014), publicou um total de 306 títulos: a primeira, contou com 60 títulos, a segunda série, com 233 e uma terceira série, dedicada especialmente aos livros de arte, com 13 volumes (RODRIGUES, 2012, p. 222). A coleção contou, inicialmente, com a direção de Mario Guimarães Ferri, professor do departamento de Botânica da USP, membro da comissão editorial da EDUSP e, posteriormente, presidente da Editora, por duas décadas. Após o terceiro volume da 2ª série, foi substituído na coordenação da coleção pelo trio formado por Antonio Paim, Roque Spencer Maciel de Barros e Ruy Afonso da Costa Nunes. A ligá-los a formação em filosofia, o interesse pela história das ideias e pelas áreas da história da educação sendo que Roque Maciel, assim como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e outros, atuou na defesa de pautas pela educação pública. Não se descarta um interesse de tipo pedagógico na ação desse trio à frente da Reconquista do Brasil.

As três coleções guardam entre elas distinções e semelhanças. Entre essas últimas, é importante destacar o lugar não apenas dos textos produzidos pelos autores, classificados na ação colecionista dos editores e diretores como os escritos fundamentais para a elaboração e preservação de uma narrativa sobre o país, mas também o papel dos prefaciadores, de cada um dos volumes editados, em cada **coleção**. Esses intelectuais contemporâneos ao momento das publicações, responsabilizavam-se pelo trabalho de aproximar o leitor das narrativas sobre o país e sobre as Minas Gerais que se pretendia construir historiograficamente.

Minas em Coleções

É bastante sugestivo, e igualmente revelador, o exame e o contraste das obras sobre a história de Minas integrantes das coleções em análise no presente texto. Os

agrupamentos do colecionismo editorial, como vimos, podem nos dizer muito sobre o desenho de práticas intelectuais que respondem por injunções relativas à rede de sociabilidades a que pertencem autores e editores, ao capital intelectual e político dos autores, ao lugar dos mesmos na república brasileira das letras com seus valores, hierarquias, exclusões. O exame dos temas selecionados coloca-nos, contudo, frente a questões de outra natureza.

Assim é que tomando o conjunto do que foi publicado como um primeiro aspecto a ser destacado, sem perder de vista as características específicas anteriormente inventariadas para as respectivas coleções, verifica-se no agrupamento de uma cinquentena de títulos, lógicas diferenciadas de acumulação de obras às quais não faltou de forma combinada o concurso, por um lado, de perspectivas utilitárias – os livros como de objeto de conhecimento, ciência, informação, erudição – de outro, de investimentos simbólicos. Assim é que no conjunto das coleções analisadas nota-se que muitos dos livros sobre Minas Gerais ao integrá-las - como de regra ocorre com a reunião de objetos de coleção - o fizeram na sua condição de indício cultural do tempo; de signo de ancestralidade; de signo da existência de uma vida anterior e de acontecimentos e valores de um tempo que passou. Como suportes, por vezes, de uma memória celebrativa, que reatualiza valores do passado e serve de inspiração para o presente, os livros ganharam uma dimensão de contraponto simbólico e de expressão de experiências históricas do, e no, tempo. Isto porque suas reedições e edições são ricas em sugestões de se preservar e prolongar elementos temporais, que permitiram, entre outros, a conformação de uma narrativa histórica e de um sistema de representação que perpassam o conjunto das obras escolhidas, e que se articulam em torno dos princípios da excepcionalidade, da singularidade e da exemplaridade da história mineira e de seu lugar na História do Brasil.

As coleções, no seu discurso histórico implícito, escolheram, por obra de seus editores e diretores, gêneros distintos da escrita da história, invocados em distintas tradições: histórias nacionais, regionais, biografias, efemérides, corografias, cronologias, monografias, e a história acadêmica com seus novos patamares analíticos e exercício de crítica e método. A história colonial das Minas e da província mineira no tempo do Império são transformadas em topologia referencial dos interesses editoriais e

vêm avalizadas pelo expressivo e fundamental conjunto de relatos e crônicas dos viajantes, tomados como documentos da história, publicados e republicados pela Coleção Brasileira e, especialmente, pela Coleção Reconquista do Brasil. Neste grupo de relatos não faltou, aqueles das viagens à Minas, ou com passagens por Minas, da pena de naturalistas, geógrafos, geólogos, mineralogistas, exploradores a exemplo de Auguste de Saint-Hilaire, Richard Burton, George Gardner, Charles James Fox Bumbery, W.L. Von Eschweg, Charles Ribeyrolles, John Mawe e tantos outros, com suas riquíssimas impressões e registro sobre a população e seus costumes cotidianos e civis; o exercício da governança; o território com seus acidentes geográficos, sua riqueza mineral, seu clima, e suas fauna e a flora. Essas obras constituem um conjunto bastante específico e demandariam um outro esforço de análise que extrapolaria os limites deste texto.

As obras inseridas sobre a história mineira, é bom que se registre, precisam ser também consideradas em si mesmas já que possuem promessas, em potencial, de nexos que possibilitam o diálogo entre elas - com suas histórias de origem – e autores de outra época, bem como com os leitores presumidos. Assim por exemplo a Corografia Histórica da Província de Minas Gerais, de Raimundo José da Cunha Matos, publicado pela Reconquista do Brasil.

O livro de Cunha Matos origina-se de um manuscrito datado em 1837, portanto um ano antes da criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual seu autor foi um dos sócios fundadores, tendo como parceiro, entre outros, Januário da Cunha Barbosa, figura de proa do projeto imperial de uma História nacional e seu processo de construção no tempo. Em outra direção dessa que foi vitoriosa no IHGB, na obra de Matos a história é uma reflexão sobre as localidades, o lugar, é representação espacial, é conhecimento dos espaços de cidades, vilas e arraiais. Afinal, uma das características da corografia é a minúcia regional, que como nos lembra Lestringnant, “regista ponto a ponto, os eventos passados, constituindo o mapa regional como uma autêntica ‘arte da memória’ no sentido clássico” (LESTRINGNANT, 2009, p.21). Daí, esse conhecimento baseado em descrições minuciosas dos detalhes históricos relativos a sua fundação, aos topônimos, a genealogia das configurações toponímias, as diversas circunscrições e classificações eclesiásticas, judiciárias e administrativas, bem como nos dados geográficos e territoriais: a situação dos terrenos, a paisagem, as latitudes e longitudes, a localização de praças, igrejas, chafarizes, e pontes existentes... e,

naturalmente, dados populacionais e o perfil dos habitantes. À parte as suas diferenças de concepção com o cônego Januário da Cunha Barbosa em torno da sua ênfase no “espaço”, exemplificado na Corografia, como modelo para a escrita da história naquele longínquo século XIX, e as diferentes visões na historiografia hoje sobre a relação espaço/tempo no gênero corográfico aplicado por Cunha Matos, seu manuscrito teve cento e quarenta e três anos depois, a sua primeira edição em livro, em 1979, por obra do Arquivo Histórico Mineiro, seguida de outras duas edições na Reconquista do Brasil, em um espaço de 10 anos, respectivamente, em 1981 e em 1991. Isto revela, de forma valorativa, sua sobrevivência temporal, bem como sua inserção em um contexto outro no campo intelectual e historiográfico. Afinal, a historiografia aponta a emergência, nos últimos quarenta anos, de um “spatial turn” e a difusão e popularização de pensamentos e práticas espaciais, inclusive, como forma de vida intelectual (RANDOLPH, 2014, p.212).

Não por acaso, no Brasil dos anos 70 e 90 do século XX, uma vigorosa história econômico-social prosperou e, no interior dela, se afirmaram domínios de pesquisa tais como a história urbana, a história demográfica entre outras, em que continuam a repercutir os escritos de Cunha Matos (MARTINS, 1980; COSTA e MARCONDES, 2001; FONSECA, 2011). Outro desdobramento foi a expansão sobre a reflexão e estudo dos mapas enquanto artefatos sociais e culturais e pelas políticas cartográficas (GOMES,2015). Talvez seja esta uma explicação possível para a valorização e a duração - por meio da edição e reedição - em dimensões transdisciplinares dos mapeamentos corográficos e dos itinerários por ele realizados para Minas Gerais, os quais foram assim transformados em documento/monumento (LE GOFF, 1984), no interior dos interesses de uma outra escrita da história, distante daquela esposada pelo IHGB no período imperial. Isto assinala, de um lado, a recepção de um gênero que fez parte da história da construção do domínio dos estudos históricos no Brasil, e de outro, a sua participação na formação de um contexto historiográfico distinto, e distante no tempo, daquele que lhe deu origem. Como se fora um futuro do passado (KOSELLECK, 2006), porém, na própria escrita da história.

Outras obras entram na Coleção pela *condição memorial* que lhes é atribuída, seja enquanto matéria prima extraída da memória das ações e do vivido, seja como

exercício de um trabalho de memória centrado na produção de biografias. Um exemplo do primeiro caso é o livro do cônego José Antonio Marinho, *História do Movimento de 1842*, originalmente de 1844, publicada pela Reconquista do Brasil, com título ligeiramente modificado em relação à edição original. O cônego, participante ativo e liderança incontestada nas hostes do liberalismo radical nos eventos de 1842, em Minas Gerais, deixa um testemunho a contrapelo de um período de intensa vivência e crise política no Brasil, especialmente no que concerne à exaltação liberal em Minas, pelo qual tenta salvar para a história uma visão contemporânea e engajada do ponto de vista dos protagonistas derrotados. Seu relato testemunhal foi acrescido de valiosos documentos históricos, na forma de cartas, circulares, proclamações, entre outros que julgou por bem inserir, e que podem ser sinalizações do seu desejo de demonstração da fidelidade da memória ou mesmo do esforço de verdade histórica. Pressupostos esses que, certamente, contribuíram também para as várias edições da obra antes e depois de sua saída na Reconquista do Brasil.

Outra obra é *Memória do Distrito Diamantino*, de Joaquim Felício dos Santos, de 1868, e que antes de ser editada pela Itatiaia na Reconquista do Brasil, teve duas edições: uma em 1924, e outra em 1956. No nosso entender essas obras, bem trabalhadas por (FURTADO, 1996; LOBATO, 2003; NOVAES, 2014), malgrado suas diferenças - ou seja, o fato de uma, a do cônego, ser escrita no calor da hora e sobre um momento e evento precisos e circunstanciados, e a outra, ser escrita como uma memória histórica da região diamantífera -, podem ser colocadas em diálogo. Afinal, ambos compartilham a condição de serem articulistas na imprensa política; se situaram no campo político do liberalismo de feição mais radical, e foram defensores do republicanismo revolucionário, ou seja, foram expressão, à época, de uma corrente de pensamento político. Também há uma afinidade no exercício de memória de cada um, guardadas as perspectivas distintas de escala temporal - Felício dos Santos tem como ponto de partida uma reflexão histórica centrada no passado da experiência colonial da região de Diamantina que ele analisa na chave que já foi designada uma “colônia dentro da colônia” -, e ambos se expressam motivados pela ação, no presente, cujo registro de memória pretendem se assegurar de transmitir. Cada um, a seu modo, produziu uma memória que se reivindica histórica, no interior de um discurso político

contrário aos projetos de centralização política dos conservadores e às diretrizes políticas do Segundo Reinado.

No segundo caso, temos a entrada de biografias nas coleções, e, dentre elas, as de autoria de Otávio Tarquínio, Afonso Arinos de Melo Franco e Bruno de Almeida Magalhães, respectivamente, *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu Tempo*, de 1937, *Um Estadista da República*, de 1955, ambas na Documentos Brasileiros, e *Artur Bernardes Estadista*, de Bruno de Almeida Magalhães, editada pela Reconquista do Brasil, em 1973. Todas elas têm como objeto personagens centrais da vida política de Minas e do país, no Império e na República, os quais deixam suas marcas emblemáticas: um, a vocação política mineira da conciliação; outro “o requinte, a polidez intelectual e social” dos mineiros oriundos das regiões de mineração; o último, compromisso com a modernidade e o progresso. Vale lembrar que várias das biografias publicadas na Brasiliana foram republicadas posteriormente pela coleção Reconquista do Brasil.

Outro aspecto a ser considerado é o da perspectiva de obras que carregam um timbre especial, o de obras de *fundação*. Nesse quesito as obras das coleções sugerem uma divisão entre as de *formação histórica e econômico-social* declaradas enquanto tais, e as que respondem pela *formação da historiografia; da vida intelectual; da cultura; da política e mesmo da origem das gentes*. Guardadas as diferenças de tema e de objeto de análise, as obras de formação guardam uma afinidade que se expressa na construção de uma linearidade temporal enquanto fator que assegura a duração e a reprodução de padrões de identidade da história e da cultura mineira.

Ilustrativas da perspectiva *histórico-econômica e social* dentre outras, é a obra *Ouro das Gerais e a Criação da Capitania*, de João Dornas Filho, publicada na Brasiliana em 1957, na qual ecoam duas outras: a de Oliveira Lima, *A Formação da Nacionalidade Brasileira*, em que o autor opera também com o paradigma da formação, cuja premissa interpretativa do livro - a pouca importância do ouro das Minas Gerais na história econômica do Brasil - Dornas pretende contestar; e a de Calógeras, autor de *Formação Histórica do Brasil*, umas das obras de referências que Dornas mobiliza na sustentação de seus argumentos econômicos.

As obras de *formação historiográfica* das brasileiras são aquelas que guardam relação com a prática erudita e sistematizada de trabalho, apoiadas em pesquisas documentais que denotam esforços, ainda que desiguais, do exercício da crítica histórica, no âmbito de iniciativas voltadas à ligação de sua prática a um lugar institucional, tais como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o Arquivo Público Mineiro e a o Instituto Histórico Geográfico de Minas, então instâncias de sua legitimação. Na linha fundacional desse agrupamento encontram-se os trabalhos de Rodrigo José Ferreira Bretas, autor de *Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*, obra de 1858; e de Diogo de Vasconcelos *História Antiga, e História Média de Minas Gerais*, respectivamente de 1901 e 1918.

A obra de Diogo de Vasconcelos (ROMEIRO e SILVEIRA, 014) foi fundadora de uma tradição historiográfica da História de Minas e de uma identidade intelectual para o IHGMG, em sintonia com os propósitos de um grupo de intelectuais e homens públicos.

O trabalho de Bretas, por seu lado, é um escrito de tipo biográfico sobre o artista Aleijadinho, que se tornou referência canônica para os estudos sobre o artista, bem como para os parâmetros das políticas de patrimônio estabelecidas pelo IPHAN, a partir de sua criação em 1937, com o nome de SPHAN

No viés da *formação intelectual* mineira, encontra-se na Brasileira, numa linha mais acadêmica e com prefácio de Américo Jacobina Lacombe, o livro *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras (Notas sobre a decadência Mineira setecentista)*, de autoria de José Ferreira Carrato, também publicado na Reconquista do Brasil, o qual, no tocante à dimensão da história eclesiástica presente na obra, guarda interface importante como veremos à frente, com outro livro posteriormente publicado nessa **coleção** por este mesmo autor

Outro livro que entrou no catálogo de reedições da Reconquista do Brasil foi *O Diabo na Livraria do Cônego*, de Eduardo Frieiro, cuja primeira edição é de 1946. Esta obra, voltada à *formação intelectual*, confirmaria o que seriam os sinais da circulação e recepção dos livros, a conexão das ideias intelectuais com os textos e suas rotas transnacionais, - às quais Minas estaria vinculada no seu período de apogeu - bem como

os indícios da erudição e vivacidade intelectual na Capitania, resgatadas por um olhar escrutinador e de fina erudição do autor, sobre o que restou das indicações do arresto da Biblioteca do cônego Luis Vieira da Silva, preso em 1789, como um dos conjurados da Inconfidência Mineira.

Do mesmo autor é o livro *Feijão, Angu e Couve*, editado em 1966 e reeditado na *Reconquista do Brasil*. Este livro, bem como o de Ayres da Mata Machado Filho, *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*, editado em 1943 na Documentos Brasileiros e reeditado na *Reconquista do Brasil*, em 1985, são uma espécie de ícones da *formação cultural* mineira nas Brasilianas. No ensaio de Frieiro uma tradição culinária de transmissão secular emerge da força dos hábitos alimentares das gentes mineiras. Um modo de história da vida cotidiana e suas práticas materiais *avant la lettre* é parte da fortuna crítica das consecutivas edições dessa obra chancelada, por seu pioneirismo, no interior de um domínio posteriormente bem definido pela historiografia contemporânea (MENEZES: 2000)

Por seu lado, o livro de Ayres da Mata Machado Filho, publicada pela Documentos Brasileiros, em 1943, e pela *Reconquista do Brasil*, em 1985 (e neste interregno publicado também pela *Civilização Brasileira*, em 1964), descortinou outra dimensão da vida cultural mineira: aquela da cultura dos descendentes de escravos com seus dialetos e cantos. A motivação desse livro é oriunda da inserção do autor no âmbito dos intelectuais modernistas do SPHAN, preocupados com a autenticidade das manifestações culturais e da sua recuperação como um imperativo para a cultura e identidades nacionais., que teve desdobramentos no Movimento Folclórico Brasileiro, de grande expressão no Brasil da década de 1940.

O tema da Inconfidência Mineira e Tiradentes, bem como da Revolta de Felipe dos Santos, considerados candentes e objeto de polêmica política e histórica entre monarquistas e republicanos, se fazem presentes na fundação de uma tradição política rebelde e justa nas Minas Gerais, tal como no livro de Augusto de Lima Júnior, *História da Inconfidência em Minas Gerais*, entre outros livros nas brasilianas. A condição hegemônica da perspectiva do espírito emboaba de rebeldia, do patriotismo, da emergência de uma consciência nacional, da ligação ontológica à liberdade, que prevalece na grande maioria dos escritos sobre a Minas colonial, avalizada pelos vínculos com tradição historiográfica anteriormente mencionada, persiste em obras das brasilianas.

Um Brasil Mineiro

O historiador Pedro Calmon no seu livro *História da Civilização Brasileira*, escrito como síntese da história do Brasil e para ser um manual de ensino, também editado pela Brasiliense, em 1933, nos diz que

“graças à Guerra dos Emboabas o *Brasil Mineiro* não se restringia nas Serras das Minas Gerais: expandia-se facilmente, quase silenciosamente até às cabeceiras do Xingu. Martius, cem anos mais tarde, encontrou na província de Minas o vestígio vivo desse passado no orgulho que mostravam os habitantes de sua origem europeia. Os emboabas lá estavam! Os paulistas, este reviviam nas bacias do Paraná e do Uruguai a sua aventura pastoril” (CALMON, 2002, p.105).

O ouro das Minas, móvel da Guerra em que saíram derrotados os paulistas, cujos desdobramentos resultaram na criação da Capitania, teria sido o responsável pelo que o autor chama de “fenômeno mineiro” que, como um epicentro de forças, resultou na expansão da colonização e da civilização das Minas, nascida, como se nota, do encontro da origem portuguesa com a pujança mineradora. Mesmo que a civilização que o autor busca encontrar na História do Brasil tenha, na sua visão, manifestações ao longo dos séculos, em outros lugares, momentos e setores de atividades no Brasil; e não obstante o fato de que a ideia de civilização ser um articulador semântico importante presente já na historiografia da fundação em Minas, a sua urdidura neste livro ganha novos foros de legitimidade e possibilidades de apropriação quando Pedro Calmon, implicitamente, situa Minas como seu berço material, intelectual, e político. A ideia de um Brasil Mineiro e da civilização oriunda das Minas que como um fio, nada invisível, de uma meta-linguagem, perpassa as obras sobre Minas que integram as *Brasilienses*, ganha outros reforços nas páginas do livro de Pedro Calmon.

Assim é que ao se deter nas incipientes letras e artes da colônia, ao tratar da literatura como forma do nacionalismo, ele situa o pioneirismo da “inspiração brasileira materializada no poema de dois naturais das Minas Gerais: Frei José de Santa Rita Durão, com seu poema *Caramuru*, de 1781, e José Basílio da Gama com *O Uruguai*, de 1769”, e diz “nasceram ambos nas montanhas auríferas e receberam a direta influência

do ambiente opressor e violento da riqueza, dos despotismo e da revolta onde penas terríveis castigavam faltas leves(...) (CALMON, 2002,p.137). Calmon não se esquece de mencionar a escola mineira da poesia - que teria modificado o gênero e lhe acrescentado uma cor local, “ algo só brasileiro” - com Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Estes produziram, segundo o autor, uma poesia “naturalmente conspiradora” pois fruto da reunião do descontentamento do povo das Minas e da utopia trazida da Universidade de Coimbra. No campo das artes e da arquitetura barroca, marcados, a seu ver, no Brasil colonial pela inspiração jesuítica e a imitação italiana, Aleijadinho, com “a originalidade e imprevisto de sua arte” teria criado um estilo único e inigualável nos trópicos. Na política, a luta entre paulista e emboabas teria deixado “um povo aguerrido e vaidoso do seu poderio, que fizera recuar os prepostos de Sua majestade, como Manuel Nunes Viana (...) certo de que naquele sertão as leis só seriam cumpridas com consentimento de seus moradores”, como se precursores fossem do ideal republicano (CALMON, 2002 p.156-157). E Tiradentes, na Inconfidência Mineira, seria “mártir e precursor.” A Inconfidência, a seu ver, foi episódio que “penetrou na história pelas sombras de uma devassa, e rematado num dos dramas judiciais mais cruéis da colônia” (CALMON, 2002, p.160)

Este livro, com tiragens iniciais de três mil a quatro mil exemplares, em 1963 alcançou, na Brasiliana, sua sexta edição, o que evidencia sua condição de vetor de difusão de uma dada cultura histórica. O que ele nos diz sobre as Minas? Um lugar singular da forja da civilização, da nacionalidade e de uma cultura política liberal, e republicana, no país. Estes argumentos são construídos com base em leituras de documentos tais como escritos primários impressos e textos historiográficos. No caso desses últimos, com o recurso às obras, dentre outras, de Diogo de Vasconcelos e Joaquim Felício dos Santos

A ocorrência desta e de outras intertextualidades não ficaram alheias às escolhas historiográfica das brasilianas, mesmo guardadas as diferenças de temas, de ênfases e de interpretação, a serem matizadas na identidade das obras sobre Minas, integrantes das coleções aqui analisadas. São muitas as remissões recíprocas no interior das obras das coleções, muitas delas de autores mineiros fundamentais para a fixação da história de Minas. Sem desconhecer que muitas dessas obras são parte do constructo de um

discurso histórico que se afirma na retórica do sujeito de uma memória *regional*, o qual não dispensou a produção histórica imaginária de uma *pátria mineira*, a formulação de um Brasil Mineiro parece-nos vir ao encontro do que seria a crença em uma missão civilizadora de Minas. Este teatralizado destino manifesto das Minas se tornou possível pelas características históricas efetivamente particulares das Minas Gerais, as quais associadas à riqueza mineradora localizada em uma região central, portanto irradiadora, teriam facilitado “a incorporação de aspectos propícios à ocupação, com um perfil diferenciado de colono, e criaram, condições materiais que harmonizaram e ofereceram condições para o surgimento de manifestações artísticas singulares ao lado das associações religiosas que vicejaram ao longo do século XVIII” (MELO, 1996).

A essa singularidade histórica se somou a realidade das revoltas: Felipe dos Santos, em 1720; A Inconfidência Mineira, de 1789; e a Revolução Liberal de 1842, que foram lidas, posteriormente, no registro da exemplaridade rebelde libertária, de grande utilidade na implantação e consolidação da República no país. Nessa representação histórica, Minas seria portadora de um capital político cultural que excederia suas fronteiras regionais, e, por isso mesmo, um lugar de confluência da nação e da civilização no Brasil. O historiador Afonso Arinos de Melo Franco, na biografia do seu pai, *Um Estadista da República. Afranio de Melo Franco e seu tempo* editada, como vimos, na Documentos Brasileiros, relata a existência de temores na corte do Segundo Reinado, oriundas da Revolução de 1842, no tocante ao fortalecimento da centralidade mineira, uma vez que essa poderia alterar a estabilidade e a correlação de forças no jogo político entre as províncias. Não por acaso, esse movimento foi reprimido com energia pelas forças legalistas. Após 1842 o valor da conciliação se sobreporia ao da rebeldia histórica. O espectro dessa dupla reputação, com suas acomodações contingenciais, se transformou em capital simbólico de uma tradição, construída na política e na historiografia das Minas – com repercussão nas brasileiras - e de um perfil da gente mineira que sobrevive na chamada historiografia da mineiridade (RAMALHO, 2015).

Uma interlocução compartilhada com essa elaboração imaginária de uma *idade de ouro* das Minas, refere-se à ideia de decadência da economia mineira após o esgotamento da atividade mineradora tratada como um dado naturalizado na maioria das

obras sobre a história mineira nas Brasilianas, ideia radicalmente desmontada posteriormente. A noção de decadência também utilizada como peça retórica do discurso político das autoridades republicanas - seja contra as autoridades imperiais, seja por força da inércia do exercício do poder nas entranhas burocráticas dos primórdios da República - em nada arrefeceu o capital simbólico lastreado em uma *idade de ouro* da formação e da memória, mineiras.

Construções Clássicas da Historiografia Mineira: Considerações finais

Resultado, em grande medida, da “voga bibliófila” que se seguiu aos estudos históricos amplamente desenvolvidos no século XIX e que se associaram “(...) à necessidade de supressão da escassez de materiais disponíveis sobre o passado do Brasil” (DAHER, 2017, p.VIII), as brasilianas também contribuíram para a fundação de “monumentos letrados”, ao “potencializar o caráter documental” dos escritos sobre o país e, especificamente, sobre Minas Gerais. Os livros das coleções construíram enunciados historiográficos que se mantiveram presentes em trabalhos sobre a história de Minas, mesmo quando essa era escrita de modo a refutá-los e superá-los. Os textos e autores das brasilianas tornaram-se, frequentemente, interlocutores necessários, tanto para aqueles que buscavam dar continuidade a uma reflexão baseada na tradição e/ou na ideia de mineiridade, quanto para os que contribuíram para uma expressiva renovação da historiografia que trata de temas relacionados a Minas. Nessa condição muitos deles se enquadram dentro do que poderíamos chamar obras clássicas da historiografia.

A condição de um livro ser ou não clássico, carrega inúmeras controvérsias e está longe de ser uma unanimidade. O debate se estende às razões da leitura dos clássicos. O termo comporta diversas possibilidades, algumas delas consolidadas pelos usos das designações que se estabeleceram no interior das culturas e literaturas hegemônicas consagradas na República mundial das letras: (VIALA, 1992; CALVINO, 2007; CASANOVA, 2002). As acepções construídas para o vocábulo ao longo da História têm agrupado modelos que se oferecem à imitação; autores específicos, particularmente os da Antiguidade grega e romana; referências a tradições históricas e literárias; os que são leitura de formação; os que sobrevivem ao tempo, entre tantas outras. E o que dizer então da publicação de clássicos?

O proprietário da Editora Itatiaia, que comprou o espólio das Livrarias Garnier no Brasil, relatou, em entrevista, ter recebido a visita de uma descendente da família dos livreiros Garnier que, ao examinar o catálogo da editora, disse se sentir penalizada pela situação do editor porque, esclareceu ela, ele publicava apenas livros de “autores vivos, e esses são os que mais incomodam” (SANTOS et ali,2011, p.41). Desde então, ele decidiu testar a publicação de clássicos, e os primeiros escolhidos, com os quais teve bons resultados, foram *A divina comédia*, de Dante, *Dom Quixote*, de Cervantes, *Fausto*, de Goethe, *Guerra e Paz*, de Tolstói. Quem diria que a fortuna crítica da editora viria da Reconquista do Brasil, com outro perfil de obras e autores, porém mantida a ideia de publicação de reedições, já bem sucedida com os clássicos literários. No catálogo da Editora Itatiaia de 2020 mais de uma dezena de obras são reedições de sucesso da Reconquista do Brasil.

Para o ponto que nos interessa neste texto, e admitindo as dificuldades de delimitação das obras e o caráter polissêmico da noção de clássico, dadas as diferentes conotações a ela atribuída, tal como apontadas por especialistas, convém reter que um viés aproxima suas múltiplas acepções. Quando nos referimos aos clássicos, aludimos a uma escala de valor, pois o termo aparece sempre associado à ideia de reconhecimento. Desse modo, reportar-se aos clássicos é, necessariamente, abordar processos de recepção, de leitura e de atribuição de relevância: (VIALA,1992, p.8). Assim, vários textos das brasileiras se tornaram clássicos também porque foram lidos e apropriados. Ao fazer uso, alinhar-se com, reagir a, citar, diferenciar-se de (BAXANDALL, 2006, p.102), em relação aos livros publicados nas brasileiras, seus leitores consagraram-os como clássicos. Nesse sentido, podemos afirmar os processos por intermédios dos quais a atuação de autores, editores e leitores dos livros sobre Minas publicados nas brasileiras os tornaram incontornáveis. Os diversos usos dos textos publicados nas coleções evidenciam as variadas representações sobre a história de Minas tornadas “clássicas”, por intermédio, de apropriações múltiplas e críticas promovidas pelos leitores desses monumentos textuais erigidos em letras de forma.

Bibliografia

AZEVEDO, Fernando. *História de Minha Vida*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971

BARING, Edward. Ideas on the Move: Context in Transnational Intellectual History. *Journal of History of Ideas*, Volume 77, Number 4 (October 2016)

BAXANDALL, Michel. Digressão contra a noção de influência. Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 101-105.

COSTA, Iraci Del Nero & MARCONDES, Renato Leite. A Alimentação no Cativo: uma coletânea sobre os Regimes Alimentares dos Negros Brasileiro. br./jun.2001, p.199-246. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IGGB/Imprensa Nacional, ano 162, n.141

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no começo do século XIX. *Revista Brasileira de História*. Vo. 27,nº 53, São Paulo, jan.Jun.2007

DAHER, Andrea (org.). *Passado Presente. Usos contemporâneos do “passado colonial” brasileiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas. A Nação nos Livro. As Biblioteca Ideal na Coleção Brasileira. In. Dutra. Eliana de Freitas, MOLLIER, Jean-Yves. *Política Não e Edição. O Lugar dos Impressos na Vida Política*. São Paulo Annablume. 2006

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRANZINI, Fabio. *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

FURTADO, André. *Das fortunas críticas e apropriações ou Sérgio Buarque de Holanda, historiador desterrado*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (tese de doutorado), 2018.

GOMES, Maria do Carmo de Andrade. *Mapas e mapeamentos. Políticas cartográficas em Minas Gerais. 1890-1930*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2015.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octávio Tarquínio de Souza*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010

GRAFTON, Antony. ROSENBERG, Daniel. Time in Print. In: *Cartographies of Time*. New York: Princeton, Arquitectural Press, 2010, p.10-25

GRANJA, Lucia. *Fontes para o estudo da edição no Brasil: os contratos e recibos da editora* B. L. Garnier.

(http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/contratos_Garnier_pt.pdf)
acesso em 24/07/2020

JACOB, Christian. Rassembler la Mémoire. Réflexions sur l'histoire des bibliothèques. *Diogenes*- Paris, 2001/4, n.196, p.53-76

KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOBATO, Marcos Martins. Um arauto da modernização Republicana em Minas Gerais. O pensamento político de Joaquim Felício dos Santos. In: LOPES, Marco Antonio (org.) *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003

MARTINS FILHO, P. e ROLLEMBERG, M. *EDUSP, um projeto editorial*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em Silêncio. A Incrível Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte ICAM/ABPHE (tese seminal datada de 1980)

MELO, Ciro Flávio Bandeira de” Pois Tudo é Assim”. Educação, Política e Economia nas Minas Gerais.-1889-1910.Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1996,

MENEZES, José Newton. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça Editora, 2000

NOVAES, Eder Liz. Joaquim Felício dos Santos: *Republicanismo e Cultura Historiográfica (1860-1871)*. Mariana, UFOP, 2014

PIGLIA, Ricardo. *Os Anos Felizes. Os Diários de Emilio Renzi*. São Paulo: Todavia, 2019.

RANDOLPH, John. The space of intellect and the intellect of space. In: *Rethinking Modern European Intellectual History*. Edited by MCMAHON, Darrin m. and MOYNS Samuel. Oxford; Oxford University Press 2014.

RICOTTA, Lucia. A constelação espacial das cenas de origem em Scènes de la Nature de Ferdinand Denis. *Revista de História USP*, n. 91, set./nov. 2011, pp. 112-124

ROMEIRO, Adriana, SILVEIRA, Marco Antônio (Org.) *Diogo de Vasconcelos: O Ofício do Historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

ROSA, Guimarães. Revista *O Cruzeiro*, em 25 de agosto de 1957.

SANTOS, A. et ali. Editora Itatiaia: a velha guarda da edição nacional. In: MATARELLI, J. e QUEIROZ, S. *Editoras mineiras; panorama histórico*. V.1. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2011.

SERRANO, Gisela. Memória e História na coleção Reconquista do Brasil: Minas no Brasil. *Outros Tempos*, vol. 11, n.18, 2014, pp. 280-294

STEINER, George. *Aqueles que queimam Livros*. Belo Horizonte: Editora Âyné, 2017. Tal como entendido por LE GOFF, Jacques. Documento-Monumento. In *Memória História*. Vol. 1. Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Casa da Moeda, 1984, p.95-104

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. “*Monumentos de Tinta e Papel*” *Cultura e Política na produção Biográfica da Coleção Brasileira (1935-1940)*. Belo Horizonte, UFMG, 2009

VIALA, Alain. Qu'est-ce qu'un classique? *Bulletin des bibliothèques de France*, Paris, t. 37, v. 1, 1992, p. 6-15..

VENANCIO. Giselle Martins. *O homem por trás dos livros. Américo Jacobina Lacombe na direção da Brasileira (1956-1993)*. Curitiba: Prismas/Appris, 2018.